

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES CONTRA ENCHENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

Período de Funcionamento: 05 de maio de 2025 a 25 de setembro de 2025.

Criação: Resolução 09/2025 – **Prorrogação:** Resolução 20/2025

Membros da Comissão:

- Vereador Dr. Fabio Lopes (Presidente)
- Vereador Clóvis Girardi,
- Vereador Denis Gambá,
- Vereador Major Vitor Santos
- Vereador Marcos da Farmácia

1. INTRODUÇÃO

Este relatório é elaborado pela Comissão de Assuntos Relevantes contra Enchentes da Câmara Municipal de Santo André, instituída em resposta aos severos eventos de alagamento que assolaram o município no início do ano de 2025. A Comissão, sob a presidência do Vereador Dr. Fábio Lopes e os membros os Vereadores Clóvis Girardi, Denis Gambá, Major Vitor Santos e Marcos da Farmácia, tem como propósito fundamental aprofundar a compreensão dos fenômenos das chuvas, analisar as políticas públicas existentes para mitigá-los e, a partir disso, propor novas ações e diretrizes que possam efetivamente auxiliar a cidade.

A criação desta Comissão reflete o compromisso do Poder Legislativo em buscar soluções concretas e colaborativas para um problema que afeta diretamente a qualidade de vida da população andreense.

2. CONTEXTO DOS TRABALHOS E DIAGNÓSTICO

Os trabalhos da Comissão iniciaram-se com a contextualização dos objetivos, focando na necessidade de uma abordagem integrada para o enfrentamento dos desafios hídricos. O diagnóstico preliminar foi construído a partir de uma série de reuniões estratégicas com órgãos e entidades-chave, que permitiram a coleta de informações e a compreensão aprofundada dos desafios e avanços existentes.

As reuniões que subsidiaram este relatório incluem:

- **Reunião na SP Águas - DAEE (25 de junho de 2025):** O foco foi o entendimento dos programas estaduais de financiamento para



desassoreamento e infraestrutura hídrica, como o "Rios Vivos", e os requisitos para acesso a esses recursos.

- **Reunião no SEMASA (30 de junho de 2025):** Esta reunião abordou a colaboração intersetorial, a captação de recursos e a análise das políticas existentes para minimização dos impactos das chuvas.
- **Reunião na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (18 de agosto de 2025):** O encontro focou na discussão do novo Plano Diretor, a taxa de permeabilidade, o reuso de água e as contrapartidas dos empreendedores (EIV).
- **Reunião na Defesa Civil (21 de agosto de 2025):** Esta reunião detalhou a estrutura e atuação da Defesa Civil, seus planos de contingência, o mapeamento de áreas de risco e a necessidade de regulamentação e capacitação.

A partir dessas interlocuções, o diagnóstico preliminar revelou os seguintes pontos cruciais:

- **Impacto das Enchentes:** Eventos recentes afetaram áreas historicamente não atingidas, indicando a necessidade de reavaliação das estratégias de prevenção e resposta.
- **Financiamento Estadual:** A Comissão identificou a existência de programas estaduais de financiamento para infraestrutura de grande porte e desassoreamento de cursos d'água. Contudo, constatou-se que, apesar da verba estadual disponível, o município de Santo André não havia submetido propostas. Diante dessa constatação, a Comissão aprofundou a análise dos requisitos documentais e da complexidade inerente à submissão das propostas e à efetivação da participação nesses programas.
- **Avanços em Infraestrutura e Tecnologia:** Santo André possui avanços notáveis, como um sistema de monitoramento integrado com câmeras, uma rede de comunicação própria com fibra ótica para pluviômetros e o projeto de "bocas de lobo inteligentes". A capacidade de bombeamento foi ampliada, e o tempo de resposta municipal a eventos extremos é considerado rápido. A Defesa Civil municipal é reconhecida como uma das melhores do Estado, com um valioso banco de dados histórico sobre eventos climáticos.
- **Desafios com Concessionárias e Percepção Pública:** O projeto de elevação de linhas férreas por concessionárias foi apontada como um problema que, embora melhore o fluxo de trens, cria barreiras à mobilidade urbana e não contribui para a contenção de enchentes. Além disso, a população muitas vezes não percebe os trabalhos complexos de manutenção, como a limpeza de redes de drenagem, levando a críticas infundadas.
- **Planejamento Urbano e Drenagem:** A discussão sobre o Plano Diretor revelou sua obsolescência em relação à verticalização da cidade e à necessidade de áreas permeáveis e sistemas de retenção de água da chuva



nos lotes. A revisão do Plano Diretor está em andamento, com a inclusão de um plano municipal de drenagem. A fiscalização de caixas de contenção em novos empreendimentos foi destacada como fundamental.

- **Arborização Urbana:** A importância das árvores na retenção de água e mitigação de temperaturas foi ressaltada, mas a gestão da arborização enfrenta desafios devido à sensibilidade política e à falta de conhecimento público sobre o longo prazo necessário para a substituição e adaptação de árvores urbanas.
- **Contrapartidas e Arrecadação:** O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) é uma fonte de recursos para o meio ambiente, mas sua suficiência para mitigar os impactos das novas construções é questionada. A planta genérica de valores do IPTU é considerada baixa, impactando a arrecadação da outorga onerosa.
- **Gestão de Riscos e Defesa Civil:** A Defesa Civil transformou-se em um centro de monitoramento robusto, com um Plano Operacional Chuvas de Verão (POCV) que mobiliza todas as secretarias. A necessidade de educar a população para comportamentos seguros e de regulamentar a Lei Federal nº 12.608/2012 para ampliar o poder de ação da Defesa Civil foi enfatizada.

3. RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO

Com base no diagnóstico apresentado, a Comissão de Assuntos Relevantes contra Enchentes propõe as seguintes recomendações, visando aprimorar a gestão hídrica e a resiliência do município:

- **Apresentar toda a documentação necessária para acesso ao financiamento do programa "Rios Vivos" (conforme checklist da SP Águas).**
 - **Motivo:** Conforme detalhado na *visita a SP Águas*, o acesso aos programas estaduais de financiamento para desassoreamento e infraestrutura hídrica exige a apresentação de documentação específica, incluindo o Plano de Concepção (com identificação de rios prioritários, coordenadas, cubagem de lodo e tipo de maquinário), Licenciamento Ambiental (licenças da CETESB e local de descarte de resíduos), Plano Diretor de Drenagem Municipal e comprovação de ações de zeladoria anteriores. A completude e precisão desses documentos são cruciais para a habilitação e captação de recursos essenciais para as obras de mitigação de enchentes.
- **Considerar a inclusão do município em ciclos futuros do programa "Rios Vivos" caso a documentação não esteja completa no prazo.**
 - **Motivo:** A *SP Águas* indica que, mesmo que a documentação para o ciclo atual não seja totalmente concluída a tempo, a habilitação tardia



pode garantir prioridade em ciclos futuros (como o Ciclo 4). É fundamental manter o esforço contínuo para atender aos requisitos, assegurando que o município não perca oportunidades de financiamento a longo prazo para o desassoreamento de seus cursos d'água.

- **Avaliar a possibilidade de solicitar financiamento ao comitê de bacias para planos de drenagem.**
 - **Motivo:** A SP Águas, sugeriu que, caso o município não possua um plano de drenagem, o financiamento pode ser solicitado ao comitê de bacias, que oferece maior agilidade na liberação de verbas. Esta alternativa pode acelerar o desenvolvimento de planos de drenagem cruciais para a gestão hídrica local.
- **Criação de uma Comissão de Assuntos Relevantes de Manejo de Árvores.**
 - **Motivo:** Diante dos crescentes conflitos entre a arborização urbana, a segurança da população, a mitigação de enchentes e o desenvolvimento da cidade, constatou-se a urgência de superar o modelo de manejo reativo e emergencial. A criação da Comissão de Assuntos Relevantes de Manejo de Árvores é recomendada como passo fundamental para integrar as visões de especialistas, do poder público e da sociedade, com o objetivo de elaborar um Plano Diretor de Arborização Urbana que modernize a legislação e estabeleça diretrizes técnicas claras para o futuro.
- **Analisar a suficiência dos valores arrecadados com as contrapartidas de empreendedores (EIV).**
 - **Motivo:** Os valores arrecadados via EIV (5% do valor geral do empreendimento) são destinados, em grande parte, ao meio ambiente, incluindo drenagem e Defesa Civil. É imperativo avaliar se esses valores são de fato suficientes para compensar o impacto gerado pelas novas construções, garantindo que o crescimento urbano não sobrecarregue a infraestrutura existente e que os empreendedores contribuam proporcionalmente para a mitigação dos problemas que suas obras podem gerar.
- **Considerar a revisão da planta genérica de valores para o IPTU, visando impactar positivamente a arrecadação da outorga onerosa.**
 - **Motivo:** O IPTU de Santo André é considerado baixo em comparação com cidades vizinhas, o que subestima o valor venal dos imóveis. A revisão da planta genérica de valores aumentaria a base de cálculo do



IPTU e, conseqüentemente, da outorga onerosa, gerando mais recursos para investimentos em infraestrutura urbana, incluindo a drenagem, e promovendo uma distribuição mais justa dos custos do desenvolvimento.

- **Assegurar que no plano diretor os novos empreendimentos incorporem sistemas de absorção de água e reservatórios mais eficientes (drenagem intralote).**
 - **Motivo:** Tanto a Defesa Civil quanto a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, concordam que a verticalização sem planejamento adequado agrava o problema das enchentes. A obrigatoriedade de sistemas de absorção e retenção de água da chuva nos próprios lotes é essencial para gerenciar o volume de águas pluviais na fonte, reduzindo a sobrecarga na rede pública de drenagem e minimizando alagamentos.
- **Acompanhar o processo de revisão do Plano Diretor, que inclui um plano municipal de drenagem.**
 - **Motivo:** O Plano Diretor está em fase final de discussão e incluirá um plano municipal de drenagem. O acompanhamento ativo dos vereadores é vital para garantir que as diretrizes e normas desse novo plano sejam eficazes, tecnicamente embasadas e alinhadas com as necessidades de prevenção de enchentes do município.
- **Assegurar que no Plano Diretor contenha as caixas de contenção e retenção em novos empreendimentos.**
 - **Motivo:** A importância da fiscalização das caixas de contenção e retenção em novos empreendimentos foi sublinhada pela comissão e Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. A inclusão explícita dessa exigência no Plano Diretor é fundamental para garantir que os empreendedores incorporem essas estruturas, mesmo que representem um custo adicional, visando a gestão adequada das águas pluviais.
- **Debater que no Plano Diretor tenha a obrigatoriedade do reuso de água em empreendimentos privados.**
 - **Motivo:** A sugestão de obrigatoriedade do reuso de água, visa promover a consciência sobre o uso de um bem finito e forçar as construtoras a criar mecanismos de utilização. Isso contribui para a sustentabilidade hídrica do município e reduz a demanda sobre os recursos hídricos públicos.



- **Acompanhar a revisão no Plano Diretor do coeficiente pluviométrico para cálculo das caixas de retenção, buscando um índice mais realista para Santo André.**
 - **Motivo:** O coeficiente pluviométrico atual (0.6), baseado na média estadual, é inadequado para Santo André, que possui um índice de pluviosidade superior (estimado em 1.6 pelo SEMASA). A revisão desse coeficiente para um valor mais realista é crucial para que as caixas de retenção sejam dimensionadas corretamente, garantindo sua eficácia na prevenção de alagamentos.
- **Incentivar empresários a realizar obras de drenagem em novos loteamentos.**
 - **Motivo:** A *SP Águas* destaca a importância de incentivar a iniciativa privada na realização de obras de drenagem. A colaboração com o setor empresarial pode acelerar a implementação de infraestruturas essenciais, complementando os esforços do poder público e otimizando recursos.
- **Acompanhar o novo plano de gestão de risco e o mapeamento atualizado das áreas de risco (AIDS 1, 2, 3 e 4) disponíveis no site da Defesa Civil.**
 - **Motivo:** O novo plano de gestão de risco e o mapeamento atualizado das áreas de risco que serão lançadas. O acompanhamento contínuo desses instrumentos é vital para a Defesa Civil, executivo e para os vereadores, permitindo uma atuação mais precisa na prevenção e resposta a desastres, bem como na alocação de recursos para as áreas mais vulneráveis.
- **Avaliar a preocupação com a elevação de linhas férreas por concessionárias e seu impacto na mobilidade urbana.**
 - **Motivo:** A preocupação dos membros da comissão de que a elevação de linhas férreas por concessionárias, embora beneficie o fluxo de trens, cria barreiras significativas para a mobilidade dos cidadãos e não contribui para a contenção de enchentes. A Comissão avalia esse impacto de forma abrangente e deve solicitar a busca soluções junto ao executivo e ao Governo do Estado que conciliem os interesses das concessionárias com as necessidades da população e a gestão hídrica.
- **Apoiar a gravação e disponibilização online de aulas e treinamentos da Defesa Civil.**



- **Motivo:** A Defesa Civil acolheu positivamente a sugestão de gravar e disponibilizar treinamentos online. Este apoio é fundamental para ampliar o alcance da capacitação, não apenas para a população, mas também para os assessores e servidores da Câmara Municipal e para os servidores da Prefeitura Municipal, aprimorando a capacidade de resposta e a compreensão sobre a gestão de riscos em toda a estrutura municipal.
- **Fomentar a educação da população para comportamentos seguros durante desastres e aprimorar a percepção de risco.**
 - **Motivo:** Apesar dos alertas da Defesa Civil, muitos cidadãos ainda se expõem a riscos durante eventos climáticos. Campanhas de conscientização e educação são essenciais para mudar essa percepção, capacitando a população a adotar comportamentos seguros e a colaborar com as ações da Defesa Civil, o que é crucial para a segurança pública.
- **Implementar a sugestão de abrir processos administrativos para acompanhamento formal das demandas da Defesa Civil, em vez de apenas ofícios.**
 - **Motivo:** Foi diagnosticado que a Defesa Civil não tem um mecanismo formal de acompanhamento de suas demandas, que atualmente se resumem a ofícios. A abertura de processos administrativos conferiria maior publicidade, rigor e poder de cobrança às solicitações da Defesa Civil, garantindo que as ações necessárias por outros órgãos sejam efetivamente realizadas.
- **Promover a regulamentação municipal da Lei Federal nº 12.608/2012 para conferir maior poder de ação, fiscalização e poder de polícia à Defesa Civil.**
 - **Motivo:** A ausência de regulamentação municipal da Lei Federal nº 12.608/2012 limita significativamente o poder de ação e fiscalização da Defesa Civil. A regulamentação local é essencial para empoderar a instituição, permitindo-lhe cobrar e fiscalizar com mais eficácia as ações de outros órgãos, o que é vital para a prevenção e resposta a desastres, além de atribuir poder de polícia nas suas atuações.
- **Incluir um representante da Câmara Municipal no Comitê Técnico de Mudanças Climáticas e no Programa Operação Chuvas de Verão**
 - **Motivo:** A criação de um Comitê Técnico de Mudanças Climáticas e o Programa Operação Chuvas de Verão, representam um passo indispensável para o planejamento e a execução de políticas públicas



eficazes. No entanto, para que as recomendações deste comitê se transformem em ações concretas, legítimas e duradouras, é crucial que sua composição reflita uma governança integrada, conectando o conhecimento técnico à representação democrática. Nesse sentido, a inclusão de um membro titular da Câmara Municipal na estrutura do comitê e no programa chuvas de verão não é um ato meramente simbólico, mas uma decisão estratégica que trará benefícios tangíveis para a efetividade de toda a agenda climática do município.

- **Utilizar o vasto banco de dados histórico da Defesa Civil sobre eventos climáticos para análises futuras.**
 - **Motivo:** A uma grande riqueza do banco de dados histórico do município sobre eventos climáticos. A utilização contínua e aprofundada desses dados é fundamental para aprimorar a análise de riscos, desenvolver modelos preditivos mais precisos e subsidiar a formulação de políticas públicas baseadas em evidências.
- **Disseminação de materiais de divulgação e conscientização, utilizando canais oficiais da Câmara e prefeitura.**
 - **Motivo:** A Comissão sugere uma maior colaboração dos canais na Câmara Municipal e Prefeitura na disseminação de materiais de divulgação da Defesa Civil. A utilização conjunta dos canais oficiais do Legislativo e do Executivo é crucial para garantir que a informação sobre prevenção, riscos e ações de segurança chegue a toda a população de forma clara e eficaz.
- **Encaminhar relatórios de atividades da Defesa Civil à Câmara para subsidiar a análise de ocorrências e gargalos.**
 - **Motivo:** O envio de relatórios de atividades à Câmara visa fornecer subsídios aos vereadores para analisar o fluxo das ocorrências e identificar gargalos. Essa prática fortalece o controle externo do Legislativo e permite uma atuação mais informada na proposição de melhorias e na alocação de recursos.
- **Manter a interlocução entre o Poder Legislativo e o Executivo para apoio mútuo e obtenção de recursos.**
 - **Motivo:** A Comissão reforça a importância da colaboração intersetorial. A manutenção de um diálogo constante e construtivo entre o Poder Legislativo e o Executivo é fundamental para alinhar estratégias, superar desafios burocráticos e garantir a mobilização de recursos necessários para a implementação das políticas e obras de prevenção e mitigação de enchentes.



4. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS

Este relatório sintetiza os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Assuntos Relevantes contra Enchentes, delineando o cenário atual e as áreas prioritárias para intervenção no município de Santo André. As recomendações aqui apresentadas refletem a complexidade do problema das enchentes, que exige uma abordagem multifacetada, envolvendo planejamento urbano, gestão de recursos hídricos, captação de financiamentos, aprimoramento da Defesa Civil e engajamento da sociedade.

Ao longo de suas atividades, a Comissão reafirmou seu compromisso com a fiscalização ativa e o apoio técnico-legislativo ao Poder Executivo, buscando a implementação de soluções eficazes e duradouras. A colaboração contínua entre os poderes, a transparência na gestão e o foco na segurança e bem-estar da população são, e continuarão sendo, os pilares para a construção de um Santo André mais resiliente e preparado para os desafios climáticos.

Com a conclusão de seu mandato e a entrega deste documento, que representa o produto final de suas análises e recomendações estratégicas, a Comissão de Assuntos Relevantes contra Enchentes encerra formalmente seus trabalhos. **Este relatório é agora encaminhado ao Poder Executivo Municipal, ao Governo do Estado de São Paulo e ao SEMASA**, na firme expectativa de que suas orientações e sugestões sirvam como base sólida para a formulação e execução de políticas públicas contínuas, duradouras e eficazes, em benefício de toda a população andreense.

